

ATIVOS S.A.

Securitização de Créditos
Gestão de Cobrança

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA

2023

ANO BASE 2022





a

SUMÁRIO

1. POLÍTICAS PÚBLICAS	5
1.1. Interesse público subjacente às atividades empresariais.....	5
1.2. Atividades Desenvolvidas.....	5
1.3. Políticas Públicas	6
1.4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas	6
1.5. Recursos para custeio das Políticas Públicas	6
1.6. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas	7
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA	7
2.1. Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos.....	7
2.2. Fatores de Risco	8
2.3. Dados econômico-financeiros	8
2.4. Desempenho dos Negócios.....	9
2.5. Política e Práticas de Governança Corporativa.....	9
2.6. Política de Remuneração dos Administradores.....	11
2.7. Composição Acionária	12



a

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2022, continuamos a implementar ações alinhadas às diretrizes da Estratégia Corporativa. Iniciamos o desenvolvimento de iniciativas estratégicas visando o aumento da produtividade, alavancagem do nível de inteligência analítica, melhoria na gestão das estratégias de cobrança e evolução tecnológica e digital da Companhia.

Implementamos, no 3T22, nosso novo Portal de Negociações denominado Portal Negocie seus Débitos (NSD), disponível no endereço www.ativossa.com.br. No 4T22, com apoio da área de cobrança e reestruturação de créditos do Controlador, integramos nosso novo portal ao sistema de atendimento do Banco do Brasil, possibilitando a negociação das dívidas adquiridas pelas Ativos pela rede de agências do BB.

As ações acima possibilitaram elevação da participação dos canais digitais no volume de negócios da Companhia, representando 41,3% da receita, elevação de 5% em comparação ao anterior.

Os resultados, além de corresponderem às expectativas dos acionistas, ensejaram a reabilitação de milhares de pessoas ao lhes facultar alternativas para solver suas dívidas e se habilitarem a retomarem seu relacionamento no mercado de crédito.

Além dos dividendos repassados ao seu controlador, a Ativos, por meio do pagamento de mais de R\$ 169 MM, em 2022, na forma de impostos e contribuições, pôde contribuir sobremaneira para a sociedade, ainda que indiretamente.

No ano de 2023, em linha com a Estratégia Corporativa, a Empresa continuará a canalizar esforços para modernizar suas operações e ampliar o volume de negócios de forma orgânica, com aquisição de novas carteiras, melhora dos processos negociais e de suporte com foco no cliente, na transformação digital e na eficiência.

Amauri Aguiar de Vasconcelos

Presidente do Conselho de Administração

Samir Soares dos Santos

Diretor Presidente da Ativos S.A.



a

Considerando o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei n.º 13.303/2016; assim como o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto n.º 8.945/2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa (“Carta Anual”) da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros referente ao exercício social de 2022.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ	05.437.257/0001-29	NIRE	53.3.000.0700-4
Sede	Brasília-DF		
Tipo de estatal	Subsidiária de Sociedade de Economia Mista		
Acionista controlador	BB Cayman Islands Holding		
Tipo societário	Sociedade Anônima		
Tipo de capital	Fechado		
Abrangência de atuação	Nacional		
Setor de atuação	Securitização de Créditos		
Diretor-Presidente	Samir Soares dos Santos (61) 3424-5900 presi@ativossa.com.br		
Auditores Independentes no ano-base (2022)	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Responsável Técnico: Luiz Carlos Oseliero Filho E-mail: luizoseliero@deloitte.com Telefone: (11) 5186-1000		
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual	Amauri Aguiar de Vasconcelos (CPF 241.975.483-20) Asclepius Ramatiz Lopes Soares (CPF 443.087.101-97) Bruno Silva Dalcolmo (CPF 083.953.547-38) Eslei José de Moraes (CPF 391.384.701-44) José Alípio dos Santos (CPF 877.391.608-06) Larissa de Moraes Marra (CPF 976.298.121-91) Paulo César Simplício da Silva (CPF 497.415.437-00)		
Administradores subscritores da Carta Anual	Samir Soares dos Santos (CPF 605.192.586-49) Diretor-Presidente Daniel Reginatto Brum (CPF 956.331.460-34) Diretor Pedro José Galhano de Oliveira (CPF 001.414.587-12) Diretor		
Data de divulgação	Março/2023		



a

A Lei n.º 13.303/2016, em seu artigo 8º, incisos I, III e VIII, determina a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas às atividades desenvolvidas, à estrutura de controle, aos fatores de risco, aos dados econômico-financeiros, aos comentários dos administradores sobre o desempenho, às políticas e práticas de governança corporativa e à descrição da composição e da remuneração da administração. As referidas informações estão detalhadas a seguir.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1. Interesse público subjacente às atividades empresariais

Fundada em 2002, com base na Resolução CMN n.º 2.686/2000, a Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos S.A. ou Companhia) tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais e de investimento; sociedades de créditos imobiliários, de arrendamento mercantil, de créditos, financiamento e investimento; associações de poupança e empréstimo; caixas econômicas e companhias hipotecárias, realizando a gestão dos respectivos créditos. Pode, ainda, participar de outras sociedades.

Atuamos com eficiência na cobrança de créditos, observando com rigor as relações jurídicas e éticas na condução de nossas atividades, garantindo adequada remuneração dos capitais investidos pelos acionistas. Contribuímos para a economia, apoiando a reinclusão social de milhares de pessoas no mercado financeiro ao viabilizar condições de regularização de suas dívidas e retomar a participação no mercado financeiro, promovendo sua cidadania financeira.

1.2. Atividades Desenvolvidas

A Ativos S.A. é uma Subsidiária integral e indireta do Banco Brasil (Controlador), com sede em Brasília, que opera no mercado de créditos não performados (NPL *Non Performing Loans*) de instituições financeiras brasileiras. Nesse contexto, adquirimos créditos NPLs das principais instituições financeiras do país, com foco no segmento de varejo, principalmente em operações sem garantia.

Destacando-se como uma Securitizadora, reconhecida pela qualidade dos serviços e pela abrangência dos negócios em nível nacional, o *know-how* da Companhia traduz-se na gestão eficaz da recuperação de créditos adquiridos, valendo-se de estrutura de custos (pessoal e infraestrutura) enxuta e especialização no desenvolvimento de estratégias de cobrança e gestão de canais de atendimento para o nicho de mercado em que atua.

Na condição de importante *player* do mercado de securitização, buscamos impulsionar a economia atuando na recuperação de créditos inadimplidos. Estabelecemos parceria que asseguram os mesmos valores de integridade, idoneidade e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

Por meio de empresas prestadoras de serviço de cobrança e de advocacia, além de outras empresas de *back office*, realizamos a gestão da cobrança dos créditos adquiridos.

Em 2011, criamos a Subsidiária integral Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito (Ativos Gestão), cujo objeto consiste na “*prestação de serviços de gestão de cobrança extrajudicial e na recuperação de créditos de qualquer natureza*”.

A Ativos Gestão não possui estrutura própria e suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros (Acionista), ressarcindo-a pelas despesas correspondentes.



1.3. Políticas Públicas

A Ativos S.A. não desenvolve programas, ações e projetos e atividades finalísticas do Governo Federal.

Enquanto Subsidiária integral e indireta do Banco do Brasil, a Ativos S.A. alinha sua atuação às políticas e premissas do Controlador e, consequentemente, ao interesse público por ele perseguido como agente executor de políticas públicas governamentais.

As atividades desenvolvidas pela Ativos S.A. e sua subsidiária viabilizam o exercício das funções de relevante interesse coletivo previstas no Estatuto Social do Banco Brasil.

O Banco do Brasil, acionista controlador da Ativos S.A., é um importante agente do desenvolvimento econômico e social para o Brasil, que busca, através do seu objeto social, impulsionar a economia e o crescimento do país, atuando em apoio à administração pública na promoção de melhoria nos mais diversos setores.

Nesse contexto, o interesse público subjacente às atividades da Ativos S.A., em consonância com a permissão contida no art. 1º da Lei 11.908/2009, consiste em possibilitar ao Banco do Brasil a recuperação do crédito, ao ensejar a possibilidade de renegociação das dívidas sob sua gestão em condições diferenciadas (taxas, prazos, parcelamentos e descontos), em diversos canais de atendimento (internet, *mobile*, *contact center*, empresas de cobrança e atendimento pessoal), adequando os desembolsos às condições econômico-financeiras dos devedores, bem como apoia o Banco do Brasil de forma relevante no atingimento dos seus resultados. Com isso, resta atendido o princípio constitucional da Eficiência (CF/88, art. 37, caput).

Além disso, contribuímos para a cidadania financeira das pessoas, as quais, por razões diversas, tornaram-se inadimplentes, mas têm, nas condições oferecidas pela Companhia, a possibilidade de se reabilitarem no mercado de crédito, dispondo de nova oportunidade de acesso a recursos para a manutenção de suas atividades ou realização de novos investimentos.

As ações de investimento que compõem nossa Estratégia Corporativa e o Plano de Negócios da Ativos S.A. mantêm coerência com os direcionamentos do Banco do Brasil.

1.4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas

A Estratégia Corporativa e o Plano de Negócios, ambos previstos no artigo 16, §1º do Estatuto Social, são os instrumentos que estabelecem as diretrizes e os objetivos da Companhia.

A mensuração do resultado e a gestão de desempenho são realizadas por indicadores e metas estabelecidos anualmente pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração acompanha periodicamente a evolução das metas e dos indicadores, orientando, quando necessário, ajustes na estratégia para alcance dos objetivos estabelecidos para o período.

A meta relativa ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas é avaliada pelo indicador Negócios Sociais (NS), o qual, além de estar associado ao resultado da Companhia, mede o impacto social positivo gerado à sociedade, visto que a liquidação de uma operação pode significar o encerramento de um ciclo no qual a pessoa se encontrava inadimplente no mercado de crédito.

1.5. Recursos para custeio das Políticas Públicas

Os recursos para custeio de nossas ações voltadas à promoção ou reforço de políticas



públicas advêm integralmente das atividades operacionais, com destaque para a receita gerada pela recuperação das carteiras de crédito. Nos caracterizamos como uma empresa não dependente de repasse governamental.

1.6. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas

Geramos resultados compatíveis com as expectativas dos acionistas na remuneração de seus capitais, e contribuímos para a cidadania financeira de pessoas que, por alguma razão, tornaram-se inadimplentes e, ao pagarem suas dívidas, podem novamente operar no mercado de crédito.

O indicador Negócios Sociais (NS) alcançou o total de 1,5 milhão de operações liquidadas no ano de 2022.

Em relação à contribuição financeira para a sociedade, no ano de 2022 foram apurados R\$ 169.432 mil a título de impostos e contribuições, sendo:

	R\$ mil
IMPOSTOS APURADOS	VALORES
Imposto de Renda	(94.384)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(33.860)
COFINS	(35.393)
PIS/PASEP	(5.751)

Fonte: Demonstrações Contábeis Exercício 2022 – página 4.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1. Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

Possuímos estrutura de gestão de riscos, controles internos e *compliance* formalmente instituída, com papéis e responsabilidades definidas em normativos e políticas internas alinhados ao Controlador (Banco do Brasil), mantendo a exposição ao risco compatível com nossos negócios, assegurando transparência, completude e exatidão de informações aos órgãos de controle.

Nosso modelo de gestão de riscos envolve segregação de funções, decisões em diversos níveis hierárquicos, estrutura específica de gestão de riscos, alçadas, normas e procedimentos. Esse conjunto de medidas está amparado em estruturas e normativos claros e formalmente definidos, com observância às melhores práticas de mercado.

Adotamos modelo de decisões colegiadas, alinhado com políticas, diretrizes estratégicas e normativos internos, incorporando a gestão de riscos ao processo de tomada de decisão.

Disponibilizamos Canal de Denúncias para recepção de denúncias, inclusive anônimas, de ilícitos de qualquer natureza, relacionados às nossas atividades ou de nossa subsidiária ou outras informações que possam afetar quaisquer descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia. O canal está disponível no site: institucional.ativossa.com.br.

No âmbito da Governança Corporativa, implementamos conjunto de Políticas, aprovadas pelo Conselho de Administração e que norteiam aspectos de governança e transparência. Dentre tais Políticas, disponíveis para consulta em nosso site, destacamos:

- I. Política de Gestão de Riscos / Limite de Apetite e Tolerância de Risco / PCN de Liquidez, com diretrizes e responsabilidades sobre o tema, em conformidade com as melhores práticas de governança, aprovada pelo Conselho de Administração;



a

- I. A Política de Governança e Transparência, com diretrizes definidas pela Lei 13.303/2016 e em linha com as melhores práticas de mercado, aprovada pelo Conselho de Administração.;
- II. Política de Transação com Partes Relacionadas, que estabelece regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo Partes Relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas observando interesses da Ativos S.A., de sua Subsidiária e de seus acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração;
- III. Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco do Brasil (PRSAC), com diretrizes e orientações para as Entidades Ligadas integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil, aprovada pelo Conselho de Administração;
- IV. Política de Aquisição de Carteira, com orientações às práticas e ao comportamento da Ativos S.A. e sua subsidiária, em relação às aquisições de carteiras, aprovada pelo Conselho de Administração;

Somos reconhecidos pela gestão de riscos, conforme indicam os trabalhos realizados por órgãos de fiscalização de controles e por áreas especialistas de nosso Controlador.

2.2. Fatores de Risco

A Política de Gestão de Riscos apresenta as diretrizes e os objetivos norteadores das atividades e da gestão de riscos aos quais estamos sujeitos: i) estratégia; ii) lavagem de dinheiro, de financiamento ao terrorismo e de corrupção ou para a integridade; iii) liquidez; iv) mercado; v) operacional; vi) reputação; e vii) socioambiental.

Abordamos o gerenciamento de riscos com base em metodologias aderentes ao nosso porte e às características de negócios.

Adotamos diretrizes específicas para Gestão de Continuidade de Negócios para os processos-chave (críticos).

Consideramos a Governança Corporativa como premissa básica em nossas estratégias e adotamos padrões que são referência no mercado.

Esses modelos prescrevem práticas garantidoras do equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios.

2.3. Dados econômico-financeiros

A programação da execução orçamentária se processa conforme o Programa de Dispendios Globais (PDG), aprovado pelo Conselho de Administração e pela Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

O volume de operações recebidas de janeiro a dezembro de 2022 proporcionou receitas efetivas no valor de R\$ 956.946 mil. Encerramos o ano com lucro líquido de 254.862 mil.

A Diretoria Executiva prima pela administração rigorosa dos custos, mantendo-os em patamares compatíveis com as boas práticas de gestão, com os resultados esperados e em sintonia com as práticas do Conglomerado BB.

A Companhia possui um modelo de negócios com estrutura própria enxuta, focada na estratégia de cobrança, e alto nível de *outsourcing*. Os custos da empresa, excluído os impostos, foram da ordem de 55,7% sobre as receitas, compostos por 51,6% de custos variáveis (custos de aquisição e de cobrança), e 4,1% de custos fixos. No encerramento do balanço, os custos variáveis foram da ordem de 92,6% dos custos totais.



a

As principais despesas e receitas em 2022 estão detalhadas nas Demonstrações Contábeis – Exercício/2022, divulgada em nosso site: [institucional.ativossa.com.br](https://www.institucional.ativossa.com.br).

2.4. Desempenho dos Negócios

Em 2022, realizamos 3,1 milhões de acordos, totalizando R\$ 3,5 bilhões em volume negociado e R\$ 1,03 milhão em valores recebidos. O volume negociado foi superior ao realizado no ano anterior. Porém, o montante recebido apresentou redução pelos seguintes fatores: i) conjuntura econômica pela combinação de elementos como maior pressão inflacionária, elevação de juros que impactam a renda e a capacidade de pagamento e tem como consequência a priorização de despesas básicas, tais como alimentação e moradia, em detrimento do pagamento de dívidas; e ii) transição de editais dos prestadores de serviços de cobrança extrajudicial e judicial no segundo e terceiro trimestre do ano.

No ano, iniciamos o desenvolvimento de iniciativas estratégicas visando o aumento da produtividade, alavancagem do nível de inteligência analítica, melhoria na gestão das estratégias de cobrança e evolução tecnológica e digital da Companhia.

Como primeiras entregas destacamos o lançamento, em setembro de 2022, do novo Portal de Negociações da Ativos, denominado Portal Negocie seus Débitos (NSD), disponível no endereço www.ativossa.com.br. O novo canal foi desenvolvido com tecnologia em nuvem com alta capacidade de processamento e no conceito *Phydigital*, integrado ao nosso sistema de cobrança, possibilitando oferta digital personalizada pelas empresas de cobrança parceiras. No período de setembro a dezembro, o novo portal realizou 17.558 acordos, R\$ 19 milhões em valores negociados e R\$ 2,4 milhões de valores recebidos. Em outubro de 2022, com apoio da área de cobrança e reestruturação de créditos do Controlador, integramos nosso portal Negocie seus Débitos (NSD) ao sistema de atendimento do Banco do Brasil, possibilitando a negociação das dívidas adquiridas pelas Ativos pela rede de agências do BB.

No 3T22, publicamos edital de pré-qualificação para contratação de plataformas de cobrança digital parceiras. O edital inovou ao possibilitar a credenciamento de possíveis parceiros a qualquer tempo ao longo de sua vigência e possibilita que a Companhia aumente sua rede de parceiros na área digital à medida que novas plataformas sejam lançadas no mercado. Após a publicação, realizamos a primeira qualificação de parceiros interessados e 4 (quatro) plataformas digitais passaram a oferecer a possibilidade de negociação dos créditos adquiridos pela Companhia a partir do 4T22.

As ações acima possibilitaram elevação da participação dos canais digitais no volume de negócios da Companhia. Encerramos o exercício com 73,8% da quantidade de acordos realizadas em canais digitais representando 41,3% da receita, elevação de 5% em comparação ao anterior.

2.5. Política e Práticas de Governança Corporativa

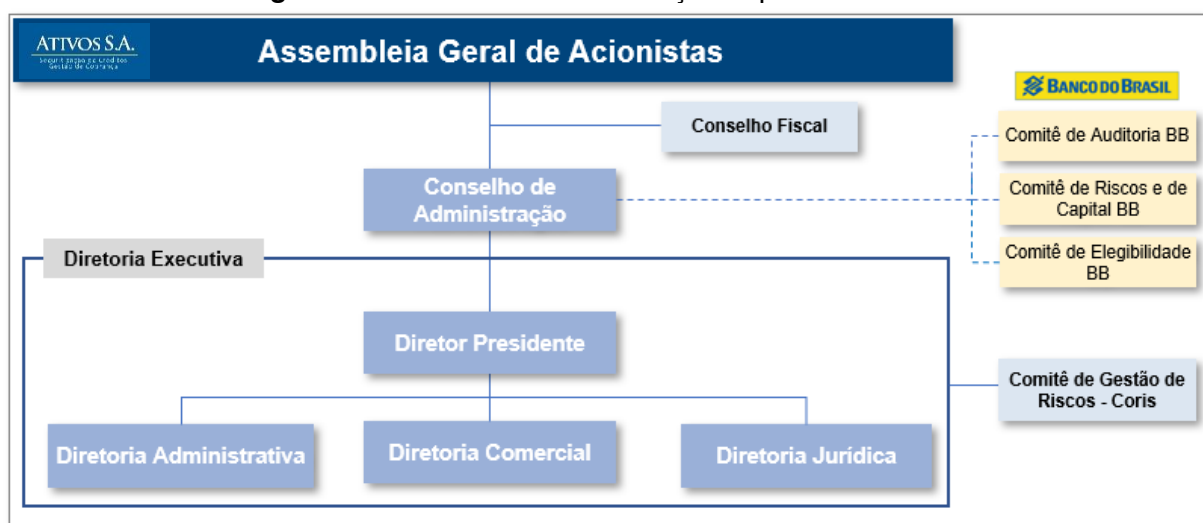
Incorporamos as melhores práticas de mercado na elaboração de normas e políticas, em cumprimento aos requisitos exigidos pela Lei das Estatais e do seu Decreto regulamentador, considerando as orientações da Sest, as diretrizes da CGPAR Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, buscando nível de excelência em governança corporativa.

A estrutura administrativa está estabelecida em nosso Estatuto Social e nos regimentos internos dos seus órgãos de governança. É composta por Assembleia Geral de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê Estratégico de Gestão de Riscos, a saber:



a

Figura 1: Estrutura de Governança Corporativa da Ativos



São órgãos de administração da Ativos S.A., integrados por brasileiros dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo:

- i. o **Conselho de Administração**, que detém atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas. É composto por 7 membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo: 2 indicados pelo Governo Federal; 3 indicados pelo Controlador; e 2 conselheiros independentes; e
- ii. a **Diretoria Executiva**, responsável pela administração da Ativos S.A., seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração, com funções estabelecidas no Estatuto Social, composta por 4 membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles Diretor-Presidente.

Integram a estrutura de governança os seguintes órgãos:

- i. o **Comitê Estratégico de Gestão de Riscos (CERIS)**, com o objetivo de acompanhar e definir as ações que a Companhia adotará para avaliar, supervisionar, mitigar e monitorar os riscos envolvidos nos negócios e processos, bem como assessorar e reportar a gestão dos riscos a Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Ativos S.A., Conselho Fiscal da Ativos Gestão, instâncias superiores e/ou externas.
- ii. o **Conselho Fiscal**, órgão permanente, fiscalizador e independente, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos administradores, especialmente em relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Ativos S.A. É composto por 3 membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 2 indicados pelos acionistas e 1 indicado pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional.

O Conselho de Administração conta com o apoio de Comitês de Assessoramento, em regime de compartilhamento com o Controlador:

- i. **Comitê de Auditoria**, que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização e manifestar-se sobre: (i) a qualidade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade do sistema de controles internos; e (iii) a efetividade das auditorias internas e independente;
- ii. **Comitê de Elegibilidade**, que tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das entidades ligadas ao estabelecimento de Indicação e Sucessão de



administradores; e

- iii. **Comitê de Riscos e de Capital**, cuja finalidade é assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado do Banco do Brasil.

Possuímos área dedicada às atividades da Secretaria de Governança Corporativa, a Secretaria Executiva (Gesec), que presta apoio administrativo às reuniões da Assembleia Geral dos Acionistas, dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva e da subsidiária.

2.6. Política de Remuneração dos Administradores

Nossa política de remuneração para administradores é regulamentada pelas Leis n.º 6.404/1976, n.º 13.303/2016 e pelo Estatuto Social da Ativos S.A., tendo por objetivo:

- i. Reforçar o compromisso com as estratégias corporativas, incrementar o resultado da Ativos S.A. e reconhecer o esforço de cada administrador, proporcionalmente ao atingimento das metas;
- ii. Compatibilizar a Política de Remuneração Variável à Política de Gestão de Risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos da Companhia;
- iii. Contribuir diretamente para o alcance dos objetivos, pois é constituído de diversos indicadores de desempenho derivados do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios.

A remuneração e os demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração observam as determinações legais e são fixados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) para o período de abril a março.

A composição da remuneração acompanha as práticas aplicadas pelo Banco do Brasil, bem como as orientações definidas para as empresas estatais pela Sest. A remuneração total engloba uma parte fixa, outra variável e benefícios.

A Companhia possui o Programa de Remuneração Variável Anual – RVA, especificamente para os membros da Diretoria Executiva, não abrangendo membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

O Programa de RVA visa reconhecer o esforço dos dirigentes na construção dos resultados alcançados, com base no desempenho apurado de indicadores vinculados à estratégia corporativa.

Alinhada ao interesse público, e em benefício da sociedade, a remuneração variável dos administradores e dos empregados é influenciada pelo Indicador de Políticas Públicas, que reflete diretamente no percentual pago aos administradores através do Programa RVA, além de sensibilizar o valor distribuído aos funcionários pelo Programa PLR Participação nos Lucros ou Resultados.

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme Lei n.º 9.292/1996, é fixada em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos ou indiretos, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

Em atendimento à Lei n.º 13.303/2016 e ao Decreto n.º 8.945/2016, a tabela a seguir traz o valor global anual da remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e da



Diretoria Executiva. As informações não são individualizadas, pois possuem natureza estratégica e, portanto, encontram-se sujeitas ao sigilo empresarial, de fonte constitucional, como decorrência da preservação da intimidade assegurada pelo art. 5º, inciso X, da Constituição Federal.

Tabela: Remuneração dos Administradores em 2022¹

			Valores em R\$
ÓRGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA EXECUTIVA
Nº total de membros remunerados	7	3	4
i) Remuneração Fixa Anual:			
Salário ou pró-labore	306.643,26	131.418,54	1.456.864,99
Benefícios Diretos e Indiretos	não há	não há	1.226.581,19
Remuneração por participação em comitês	não há	não há	não há
Outros	não há	não há	não há
ii) Remuneração Variável:			
Bônus	não há	não há	não há
Participação nos Resultados	não há	não há	785.214,55
Comissões	não há	não há	não há
Outros	não há	não há	não há
(iii) Benefícios Pós-emprego	não há	não há	não há
(iv) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	não há	não há	não há
(v) Remuneração baseada em ações	não há	não há	não há

(1) Fonte: Dados da Cia. (DRA abril/2022 a março/2023).

Os valores para o exercício 2022/2023, foram aprovados pela Assembleia Geral de 28/04/2022. O pagamento da remuneração variável será 100% em espécie. O valor do módulo Base e Bônus será pago na seguinte proporção: 60% à vista e 40% diferido pelo prazo de até 4 (quatro) anos, sendo 10% pelo prazo de 1 (um) ano; 10% pelo prazo de 2 (dois) anos; 10% pelo prazo de 3 (três) anos e 10% pelo prazo de 4 (quatro) anos.

O efetivo pagamento de cada parcela da RVA, a ser realizado após a distribuição dos dividendos, fica condicionado à disponibilidade financeira e às regras estabelecidas, sendo vedada a contratação de empréstimo para seu pagamento.

2.7. Composição Acionária

Somos uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31/10/2002, atualmente com capital social formado pelo BB Banco de Investimento S.A. (BB BI), com 49% das ações ordinárias e 100% das ações Preferenciais, e pelo BB Cayman Islands Holding (BB CI), com 51% das ações ordinárias. A composição acionária em 31/12/2022 é representada pela figura a seguir:

Figura 2: Composição acionária (%)





a

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos empregados e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.



a

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Ativos S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2022, atendendo ao inciso I do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30.06.2016.

Em 27 de março de 2023.

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Presidente do Conselho

Asclepius Ramatiz Lopes Soares
Vice-Presidente do Conselho

Bruno Silva Dalcolmo
Conselheiro

Eslei Jose de Moraes
Conselheiro

José Alípio dos Santos
Conselheiro

Larissa de Moraes Marra
Conselheiro

Paulo César Simplício da Silva
Conselheiro